

O QUE É O IPE-SAÚDE

OS BENEFICIADOS

AS PROPOSTAS

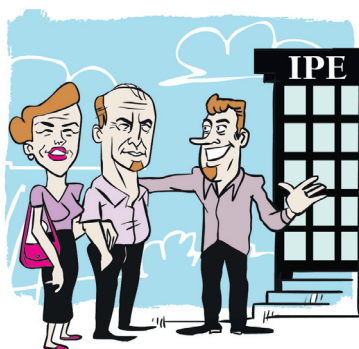
É o plano de saúde do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipergs), fundado em 1931. Presta assistência para mais de 1,1 milhão de pessoas, principalmente servidores civis e militares estaduais e seus dependentes.

Hoje, os servidores que contribuem para o IPE-Saúde não podem incluir os pais como dependentes. São aceitos apenas cônjuges e filhos, mediante de contribuição de 3,1% sobre o salário. Para mudar isso, duas propostas são discutidas.

O projeto mais antigo em tramitação é do deputado Paulo Odone (PPS). O mais recente é do governo Tarso Genro. Ambos alteram a Lei Complementar nº 12.134, de 26 de julho de 2004, que trata do IPE-Saúde.

O QUE DIZ A PROPOSTA DE PAULO ODONE (PPS)

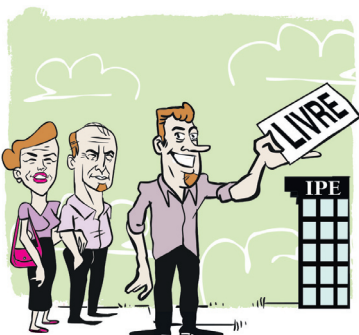
Torna possível a inclusão de pais e mães de servidores no IPE como dependentes, desde que comprovem ser economicamente dependentes do filho. Os pais não podem ter uma renda superior a R\$ 1,1 mil para serem contemplados.



Uma emenda apresentada pelo próprio deputado Paulo Odone determina que uma parte dos servidores – aqueles com os maiores contracheques – pague uma contribuição para poder inscrever os pais, a ser definida por cálculo atuarial.



O pagamento não será exigido dos servidores com remuneração de até R\$ 4,4 mil (quatro vezes o valor máximo do piso regional). Os demais terão de pagar, mas são minoria. A maioria do funcionalismo (77,1%) estaria livre da taxa. Para o IPE, isso coloca o sistema em risco.



O QUE DIZ A PROPOSTA DO GOVERNO TARSO

Torna possível a inclusão de pais e mães de servidores no IPE, mediante contribuição. A taxa pode ser salgada, pois envolve pessoas de idade. Segundo o IPE, o valor poderia passar de R\$ 200, ficando no patamar de planos privados.

Não exige a comprovação de dependência econômica dos pais em relação ao servidor. Isso porque não abre exceções na cobrança da contribuição. Ou seja, todos teriam de pagar ao ingresso um novo dependente.

Todos os servidores que optarem por incluir os pais no plano, independentemente de quanto recebem, terão de pagar uma taxa por isso, de valor ainda indefinido. O tamanho da contribuição dependerá de regulamentação e levará em conta a saúde financeira do sistema.

**Preste
atenção**

A proposta de Odone (projeto de lei complementar nº 154/2011) teve a tramitação concluída em 2013 e está apta a ser apreciada. A próxima sessão ocorre na terça, e o projeto pode ser votado. Se você quiser tratar da proposta com seu deputado, pode encontrar o e-mail dele no site da Assembleia Legislativa (www.al.rs.gov.br).

A proposta do governo (projeto de lei complementar nº 158/2013) foi protocolada em 2013 e agora tramita em regime de urgência, o que significa que tem de ser votada em até 30 dias (incluindo passagem pela Comissão de Constituição e Justiça). O prazo final é dia 29 de março. Se o texto não for apreciado em plenário nesse período, tranca a pauta.